

“Meio índios, meio negros e pobres em Rio das Contas”: o desenho social das categorias etnia e raça no sul da Chapada Diamantina, Bahia¹

Márcio Santos Matos²

Mestrando em Antropologia, PPGA/UFBA, Bahia

Palvaras-Chave: Povos Originários, Rio de Contas, Emergência étnica.

Introdução

Inicialmente, pretendo neste texto apresentar uma síntese do que será discutido em minha dissertação de mestrado que desenvolvo no PPGA/UFBA. O relatório de pesquisa partirá das questões mais gerais para as mais específicas. Portanto, no primeiro capítulo, apresentarei a metodologia viabilizada pelo investimento relevante de um levantamento bibliográfico em detrimento de uma reduzida atividade de campo; depois apresentarei uma breve história da ocupação da região e mostrarei como os efeitos dessa se fez sentir na construção do território (e memórias sobre este) que será discutido no último capítulo e apresentarei também a relações produzidas entre o diálogo da antropologia e com história, pontuando a colaboração ofertada pela diacronia aos estudos etnológicos. No segundo capítulo, o objetivo é compreender por que Marvin Harris e Charles Wagley não fizeram escola sobre a abordagem étnica, mesmo que seu orientador, Wagley, tenha vindo ao Brasil para pesquisar sobre os povos originários na condição de brasilianista, enquanto seu orientando Harris tenha trabalhado com populações negras quilombolas em Rio de Contas, no sul da Chapada Diamantina. Por fim, no terceiro capítulo, a rua da Panelada é pensada como esse campo ainda em aberto e cheio de incógnitas para os estudos etnológicos cujo cenário é o Alto Sertão da Bahia³.

1. Esboço do primeiro capítulo

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia, FAPESB, pela concessão de bolsa para cursar o mestrado.

³ O conceito de Alto Sertão da Bahia, ou sertões de cima, como também se pode nomear, tem como referência autores como o professor Eivaldo Fagundes Neves (2008). “Antes de tudo, ‘alto sertão’, significa recôndito interior, como se ‘alto’ sinonimizasse longe, afastado, distante. Denominam-se ‘altos sertões’ às ‘faixas semi-áridas rústicas e típicas das depressões colinosas de todos os ambientes sertanejos’; e ‘sertão bravo’ as ‘áreas mais secas e sub-desérticas do interior nordestino’. A designação de Alto Sertão da Bahia referencia-se, pois, na sua distância do litoral, talvez com os reforços da posição na relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil”. Ver Neves, 2008.

1.1 Um passo atrás no trabalho de campo e a emergência de novos insights

De saída, irei destacar alguns dos ganhos e perdas que obtive em minha pesquisa de mestrado, quando me vi impedido de dar continuidade ao trabalho de campo na cidade de Rio de Contas, sul da Chapada Diamantina, na Bahia, devido à pandemia da covid-19, que afetou, e continua a afetar, a todos ao longo deste ano de 2020. Por isso, inicio por apresentar um breve panorama de questões que tenho estudado no programa, com o propósito relatar e esclarecer com brevidade todo o processo que me levou a fazer opções e mudanças na proposta de estudo que dei início ao ingressar no programa.

Em julho de 2019, o senhor Carmo Francisco⁴ me relatou que em Rio de Contas só tinha índio na Panelada. Então, fui conhecer essa rua e seus moradores, chamando-me atenção seus traços fenotípicos que nosso imaginário colonial nos impõe a uma associação com povos originários. Porém, reconheço que trazer no corpo tal fenótipo pouco importa, afinal, como diz Márcio Goldamn (2015), já “são quase quinhentos anos de contato”. O que se mostrou relevante foi, pois, o fato de alguns deles reivindicarem para si uma identidade indígena.

Este fato inusitado me surpreendeu, já que os estudos antropológicos realizados no município não mencionavam a presença de remanescentes indígenas, me levou a alterar minha proposta de estudo para tratar de questão étnico-raciais e identitárias que envolvem especificamente as pessoas reconhecidas e que se reconhecem como “esse povo da Panelada”. Esta mudança se deu após manter contatos preliminares com alguns moradores da Panelada, que reconhecem ter descendência indígena.

Uma vez reformulada a questão e objetivos de meu projeto, retorne a Rio de Contas durante a segunda quinzena de novembro de 2019. Juntamente com minha família, ficamos hospedados em uma pousada próxima à rua da Panelada. Foi parte da estratégia para ter melhor acesso, ver as pessoas e ser visto por elas, o que permitiu uma experiência mais frutífera no sentido ter acesso ao local e seus moradores, permitindo-me dar início à compreensão sobre a presença de descendentes de povos originários naquela cidade.

A Panelada é habitada por pessoas que, embora residam no Centro da sede de Rio de Contas, são identificados e se identificam de um modo particular em relação aos demais moradores. Visivelmente, a relação deles com o Estado parece ser marcada pela completa ausência dos poderes públicos. Este fato causa uma diferença no impacto visual

⁴ Este senhor é uma das lideranças do Quilombo de Barra de Brumado, que fica na zona rural de Rio de Contas. Essa comunidade foi a primeira a ser titulada em 1995, no começo do Governo do então Fernando Henrique Cardoso.

e social desta localidade, com as casas muito precárias. Esse cenário contrasta com o restante do Centro, onde não se vê lixo nas ruas, cujas casas contam com saneamento básico, com as faixadas pintadas, enfim, um cuidado com o patrimônio urbanístico, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), à exceção da rua Marcolino Moura, a Panelada.

Além da identificação da ascendência indígena, a questão racial também se tornou um problema de pesquisa: se eles me dizem que são indígenas, por que alguns moradores, para além da cor de pele negra, usam colares com as cores do pan-africanismo? Escutam música jamaicana como reggae? Teriam esses indígenas da Panelada se “miscigenado” com o extinto grupo de quilombolas de Riacho das Pedras⁵? Por que mencionam um candomblé onde se cultua a figura de um encantado chamado Juremeira? E por que uma quilombola da Barra (comunidade quilombola rural) me afirmou ser afroindígena? Será que o fato de ela cultuar uma cabocla lhe garante esse agenciamento, conforme nos coloca Goldman (*Op. Cit.*)?

As perguntas acima me apontaram para uma direção até então desconhecida, porém em um contexto de dificuldade de realizar trabalho de campo, dois importantes ganhos para minha pesquisa emergiram. Afinal, se não pude ter muitas respostas durante o pouco trabalho de campo etnográfico realizado, não sendo este concluído em razão da pandemia da covid-19, surgiu uma nova luz, conforme aponta o antropólogo Daniel Miller (2020):

Então, o que há para ser feito? É preciso admitir que, provavelmente, você terá de mudar de direção e de foco. Se você não vai poder trabalhar com uma população diretamente, pode então buscar entender o impacto das ONGs, da economia ou do Estado sobre ela ou a maneira como as coisas aparecem na mídia. Existem muitas outras perspectivas que potencialmente se abrem, se você aceitar a compreensão do que não terá condições de fazer (Miller, 2020, p.07).

Demorei algum tempo para compreender que não poderia retornar a Rio de Contas para finalizar o trabalho de campo após minha qualificação, realizada no início de março. Semanas depois da qualificação, a pandemia era dada como realidade reconhecida a ponto de ser pensada como um “evento” *a la* Sahlins (2004.), pois a história da pandemia registrou tal “quebra da estrutura” que muitos falam ter sido com sua chegada que

⁵ Ver texto Chapada Diamantina em três tempo, cuja autoria pertence a professora Maria do Rosário de Carvalho, 2007.

iniciamos o século XXI. Logo, uma das outras perspectivas de que fala Miller foi, no meu caso, recuar em relação ao trabalho de campo e investir em um levantamento bibliográfico mais denso, já que não teria como produzir uma etnografia em espaços digitais.

É a partir disso que construo um novo objetivo de pesquisa: apresentar alguns dados que pude sintetizar a partir do trabalho de campo etnográfico, combinando-os com uma revisão bibliográfica sobre Rio de Contas e com a questão étnico-racial ainda em aberto. Afinal, a pesquisa não pode parar e no começo da pandemia não se sabia ao certo quando teríamos uma vacina para o combate do Sars-Cov2.

1.2 “No Sertão tem morador”: história da ocupação do Alto Sertão da Bahia

A pesquisar sobre a ocupação desse lugar vai do século XVI ao XIX. Nessa busca, os aldeamentos em torno de Rio de Contas me possibilitaram mapear os ancestrais dos indígenas que residem na rua da Panelada; ou parafraseando Márcio Goldman (*Op. Cit.*), eles não são os “descendentes” dos antigos Camacã-Mongoyó, Maracá, Pataxó, Ymboré, Botocudo; eles são aqueles povos nativos que, transitando entre os rio das Contas e o rio Doce, foram capazes de sobreviver a uma experiência histórica etnocida, genocida, desumana.

Rio de Contas situa-se, conforme já disse na introdução, no Alto Sertão da Bahia, onde, segundo o professor Erivaldo Fagundes Neves, “não havia índios aldeados”⁶ (Neves, 2008, p.96). Essa generosa luz ofertada pelo historiador me ajudou a buscar, então, os aldeamentos mais próximos da cidade. Com isso, a partir das referências bibliográficas, pude organizar a história da ocupação da área que abrange o município. A presença de grupos indígenas diversos, a exemplo dos supracitados, marca uma condição seminômades para índios nesse trecho dos sertões. Mesmo aqueles que se encontravam aldeados, vez ou outra, deslocavam-se até as partes mais distantes. Portanto, os aldeamentos se articulam com outras experiências (de fuga, de negociação de liberdade, de trabalho etc.), o que implica nos dias atuais uma ausência ou reduzida memória nativa que faça referência a um território indígena. Essas possibilidades irão colaborar com a hipótese sugerida na qualificação acerca de um parentesco mais alinhado com os índios

⁶O aldeamento era uma estratégia da colonização para formar uma reserva de mão-de-obra escrava e converter os nativos à fé católica, além de ter uma espécie de tropa de pronto emprego a seu favor, protegendo os moradores portugueses contra estrangeiros também invasores que porventura tentassem investir sobre a América Portuguesa. Assegurava, pois, a defesa, ainda, contra outros grupos nativos que viessem a atacá-los.

da rua da Panelada: apesar de haver uma variedade de povos transitando por todo os sertões, parece-me que os grupo de maior semelhança em relação aos nativos que resistiram, permanecendo hoje no sul da Chapada, foram os Camacã-Mongoyó e os Maracá. Sustento essa possibilidade, pois, tanto o primeiro grupo étnico, quanto o povo da Panelada, possuem a panela como signo de identidade. Já quanto aos maracá, observemos que o município de Rio de Contas situa-se em uma faixa de terra demarcada entre o atual rio Brumado⁷, e os municípios de Ituaçu, Tanhaçu (ao sul) e Mucugê e Lençóis (ao norte). Esse trecho ficou conhecido no século XVII como o Sertão dos Maracás, o que permitiria outra possibilidade de se construir um território indígena nesse sítio.

Por outro lado, é preciso dizer que apesar de uma possível ascendência indígena dos moradores da rua da Panelada, sua condição de vulnerabilidade é acentuada, sobretudo, pela ausência de terras para produzir uma agricultura familiar. Diferentemente dos Paneleiros de Vitória da Conquista - os antigos Camacã-Mongoyó -, os nativos da Panelada me parecem não viver ainda um processo de etnogênese, de acordo como que foi formulado por Arruti (2006).

1.3 Antropologia e História nos sertões baianos

Como segundo ganho da revisão bibliográfica de que falei acima, foi-me permitido identificar o quanto os historiadores têm produzido e colaborado para pensar os Sertões de cima e de baixo da Bahia, muito mais que meus pares antropólogos. A questão da raça, todavia é preciso dizer, mais do que a etnia, tem motivado debates entre historiadores, sempre que se tem Rio de Contas como cenário. A questão racial foi mais abordada pela produção historiográfica para se falar sobre esse antigo centro de mineração.

No âmbito da antropologia, o trabalho de Marvin Harris (1927-2001), orientado por Charles Wagley (1913-1991), não foi capaz de alterar o interesse de antropólogos para pesquisar mais detalhadamente sobre as relações construídas nesta cidade tão marcada socialmente pela herança da mineração, como será debatido no segundo capítulo. Se o debate sobre raça ganha fôlego nos trabalhos sobre Rio de Contas, elaborado por historiadores, conforme já disse, a antropologia não tem dedicado muita respiração para pensar esta cidade.

⁷ No tempo da colonização, esse rio era conhecido pelos indígenas como rio de Contas Pequeno.

Encontrei apenas um trabalho (SILVA, 2014), além do de Harris (1956) que aborda a questão indígena. Apresentado num programa de pós-graduação em antropologia, o trabalho não tem como problema de pesquisa nem a raça, nem a etnia, embora transite pelos quilombos de Barra e Bananal (município de Rio de Contas) e chegue a dedicar uma nota de rodapé sobre a presença “meio indígena e meio negra” da panelada. Todos os demais trabalhos, incluindo dissertações e teses, são do campo da história.

Pude notar que durante dezessete anos em que Rio de Contas esteve como centro de investigações das Ciências Humanas e Sociais, em todos as amostragens, a raça foi predominante. Eu mesmo, quando ingressei na pós-graduação, propus discutir raça por meio da proposta de pensar como se dava a criminalização da cultura afrodiáspórica a partir de pontos diacríticos encontrados em processos criminais do século XIX. Dito de outra forma, de que forma uma reza, uma dança, um rito mágico eram criminalizados por serem praticados por negros escravizados ou livres.

Logo, temos um lastro relevante de produções acadêmicas feitas por historiadores sejam Rio de Contas e os povos indígenas questão central do debate ou não, e uma desproporcionalidade ante a produção feita por etnólogos, de modo que esse fato expõe o tamanho da dívida dos estudos antropológicos sobre essa região. Penso que a fala de João Pacheco de Oliveira (1998) consiga explicar essa lacuna:

Os povos indígenas do Nordeste não foram objeto de especial interesse para os etnólogos brasileiros. Nas bibliotecas e no mercado editorial são muito raros os trabalhos especializados disponíveis. Apesar da grande expansão do sistema de pós-graduação nos últimos anos no Brasil, ainda no início desta década contava-se com poucas teses monográficas e nenhuma interpretação mais abrangente formulada sobre o assunto. Tudo levava a crer tratar-se, em definitivo, de um objeto de interesse residual, estiolado na contracorrente das problemáticas destacadas pelos americanistas europeus, e inteiramente deslocado dos grandes debates atuais da antropologia. Uma etnologia menor (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p.47).

Portanto, tomei para mim o desafio de colaborar com a redução desse descompasso apontado por Pacheco de Oliveira (*Op. Cit.*) e construí minha questão de pesquisa: compreender em que momento e de que forma a questão étnica (afro)indígena começa a ser desenhada no município de Rio de Contas, tendo como ponto inicial a rua da Panelada. Contudo, reafirmo aqui a importância que a diacronia assume em minha pesquisa. Se em algum momento a antropologia foi pensada como a “anti-história”, segundo nos diz

Schwarzc (2001), hoje ela se configura como uma disciplina “pró-história”, em razão da relação interdisciplinar que ambas mantêm.

2. Esboço do segundo capítulo

2.1 O evento que não foi Evento⁸

A questão étnica (afro)indígena em Rio das Contas está silenciada, sobretudo, pela antropologia. Marvin Harris não fortaleceu um presença indígena em Rio das Contas nos anos 1950 e 1990. Um dos responsáveis pelos Estudos de Comunidade no Brasil, Charles Wagley permaneceu oito meses entre os tapirapé, era ligado ao Museu Nacional e a Franz Boas, era brasilianista, mas, ainda assim, não lançou esforços para registrar uma presença indígena município. É preciso dizer que Wagley veio ao Brasil para estudar os povos originários, apesar de eles não terem sido “abraçados” por Marvin Harris em *Town and Country Brazil...*

Parece-me que por uma questão de agenda política da UNESCO, excluiu-se aqueles povos dos Estudos de Comunidade, além de, em havendo uma presença indígena em Rio das Contas, estes grupos não foram contemplados por um projeto de desenvolvimento nacional. Em razão disso, as imagens veiculadas são de que o contingente populacional em Rio das Contas foi constituído apenas por brancos e negros escravizados, inexistindo povos autóctones nos Sertões de Cima ou que a “mistura” do colonizador com africanos e com os povos originários fez com que estes desaparecessem⁹ por completo de Rio das Contas. Será que Seu Carmo Joaquim se enganou quando me disse que havia “índio” na rua da Panelada?

Uma outra possibilidade para se pensar o desinteresse dos estudos etnológicos sobre a cidade, fenômeno nomeado por João Pacheco de Oliveira (*Op. Cit.*) de “etnologia menor”, foi aquilo que este mesmo autor classificou como “fenômeno novo e desconhecido para a maioria dos etnólogos” (*Op. Cit.*, p. 682). Por isso, penso que, embora os Estudos de Comunidade fossem uma realidade ainda nos anos 1970, o movimento de emergência étnica, protagonizado por povos remanescentes do Nordeste e

⁸ O evento tem de produzir uma perturbação que cause mudança. Assim sendo, na pesquisa inicial, tomei a abolição da escravatura como um evento que alterou a estrutura escravocrata. Para reforçar essa ideia, me amparei na proposta de Marshall Sahlins: “não basta saber que certas pessoas agiram de certo modo, sob certas circunstâncias contingentes, é preciso saber o significado dessas ações” (SAHLINS, 1990, p. 144).

⁹ Sobre essa questão de desaparecer, ver o texto *A Chapada Diamantina em três registros ou três tempos*, de Maria do Rosário de Carvalho (2007). Sempre me pergunto se a extinta comunidade de Riacho das Pedras não teriam se juntado aos indígenas da Panelada, formando assim o que tenho pensado como ator afroindígena. Porém, essa questão será respondida em outro momento.

iniciado naquela década, não teve energia para provocar Marvin Harris, nem mesmo em seu retorno a Rio de Contas nos anos 1990.

Cito abaixo três relatos de nativos da Panelada como forma de exemplificar, ainda assim, o quanto que se deixou de produzir principalmente acerca de uma série de relações que caracterizavam o espaço do sertão baiano como um todo:

Relato 1): Meu bisavô, meu tataravô foi pegado no mato com dente de cachorro. Era caboclo-índio do mato. Bicho brabo do mato. Foi pegado a dente de cachorro. A própria veia... É tudo caboclo do mato. É índio... Saía de manhã cedo e chegava dez horas da noite. Não comia. Teno fumo e o fósforo pra eles fumarem o cigarro...Peixe eles pegava e eles comia não teno sal de qualquer jeito [...]. Eu puxei a minha mãe, branca, mas sou desse jeito também. Eu gosto de andar no mato. Não gosto de trabalhar pra ninguém (Seu Dunga, 76 anos).

Relato 2): Eu gosto mais do mato... Tem hora que eu entro no mato e arrupio e com pouco pode esperar que com horas que ali tem coisas. Eu espanto uma cascavel ligeiro... Eu tenho raça de índio porque minha bisavó foi pegada com dente de cachorro... Eu sou raça de índio mesmo... Me dizem assim: “você tem negócio de raça de índio mesmo...” Eu falo assim, Deus me vale. Eu sou índio mesmo. Tem uma coisa que conversa comigo no mato... Eu sou um cara que ando com Deus no mato e nada me acontece... Tem uma raça que é tudo caboclo de índio. Meus filhos é tudo a mesma coisa (Seu Rosa, 76 anos).

Relato 3): “Aqui tinha um... Ele já morreu. Ele pisava dentro do fogo. Dançava dentro do fogo. Era o finado Du... O finado Miguel era a mesma coisa. Moço, Du dançava no fogo, no fogaréu, na fogueira. Ele entrava assim e não tinha nada. Dançava dentro. Eu ficava com medo de entrar no fogo assim. Dá medo” (Seu Boró, 60 anos).

Estes três depoimentos asseguram uma presença indígena em Rio de Contas que está organizada, sobretudo, por dois traços diacríticos: ocupar o mato de maneira particular à rua da Panelada e o domínio de certas rezas para diversas finalidades. Seu Rosa fala sobre dois antigos moradores da Panelada, Seu Du e Seu Miguel que conheciam uma reza para não se queimar enquanto manipulava o fogo. O modo especial de ocupar o mato pode configurar ainda como uma alternativa à maneira como se ligam a determinado território, uma vez que a ausência de aldeamentos missionários na antiga

área de mineração e seu entorno foi usada para legitimar o discurso oficial da não presença nativa na cidade.

Assim, nota-se uma diversidade de motivos para se discorrer sobre a categoria analítica etnia em Rio das Contas. O que serve como estímulo para compreender por qual motivo houve esse silenciamento, tanto das discussões em torno dessa questão, quanto das pessoas que contribuem para a narrativa elaborada sobre a indianidade apagada pelos pesquisadores.

3. Esboço do terceiro capítulo: A novidade se chama rua da Panelada

A emergência de mobilizações étnicas nesse contexto se apresenta como uma virtualidade a ser estudada, num desafio que pode ser fecundo para a pesquisa de antropólogos e historiadores, o debate interdisciplinar e um pensamento crítico nas ciências humanas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p. 682).

Sendo assim, a relevância desta dissertação me parece estar assentada em algo a mais que fecundo, porém em uma necessidade de se promover três tipos de reparações voltadas para os povos originários. A primeira reparação está dentro do campo da própria etnologia brasileira, figurando, logo, um compromisso da antropologia como ciência cujo objeto primário é o estudo das relações que envolvem povos e coletivos que participaram do processo de forjar o projeto político fundante de nação e, no entanto, foram marginalizados no plano real do contexto de acesso à distribuição de renda e de uma vida social justa e digna. Portanto, reparar aquilo que diz João Pacheco de Oliveira (*Op. Cit.*), quando ele debate o fato de os povos indígenas do Nordeste serem pensados como objeto de uma “etnologia menor”.

Além disso,

“antropologia é uma ciência empírica e que, nela, o material empírico deve guiar as problematizações e as conceptualizações. Com o adendo de que esse material empírico envolve necessariamente o que as pessoas pensam e têm a dizer sobre o que acontece com elas mesmas e com os outros, uma vez que a antropologia deve estar sempre subordinada à palavra nativa, de tal modo que seu discurso não tenha privilégio algum em face daqueles com quem trabalha” (GOLDMAN, 2015, p. 650).

Em outras palavras, se os nativos da Panelada se dizem indígenas, é isso o que eles são, como “reconhecimento de uma coletividade” (PACHECO, *Op. Cit.*, p. 676), independente

da percepção empírica do pesquisador. E é justamente esse autorreconhecimento indígena que pretendo abordar no terceiro capítulo da dissertação, pois aliado, contudo, ao adjetivo gentílico “afro”, penso que está aí uma chave para que os nativos da Panelada construam o que a antropologia produzida, sobretudo, no Nordeste tem chamado de movimentos de emergência étnica.

Partindo de uma breve análise do documentário *Rio de Contas, Personagens de Uma Outra História* (2011), poderíamos pensar a figura do entrevistado, o já falecido Dezinho Rasta, como um exemplo do que seria um exemplo de agrupamento cultural de que fala Goldman (2015). Ademais, o que pode configurar os remanescentes da rua da Panelada como afroindígenas foi a condição do encontro colonial entre africanos escravizados e povos indígenas. Ademais, “é isso que faz Marshall Sahlins, quando indaga pela existência de estruturas históricas, cosmologias que são reordenadas historicamente” (*Op. Cit.*, p. 128). Ou seja, agora “o povo da Panelada” podem reivindicar uma ancestralidade autóctone porque reconhecem que seus ancestrais são (também) indígenas e são reconhecidos como tal pelos moradores de outras partes da cidade.

A categoria política afroindígenas pode ser interessante no que tange a viabilizar a emergência de novos atores políticos. Então, me parece que, a partir disso, a experiência vivida pelos quilombolas das comunidades rurais de Barra e Bananal, guardadas as devidas ressalvas, podem colaborar, em algum sentido, para a (re)união e (re)construção das condições necessárias à emergência étnica de que fala Arruti (2006): nomeação, identificação, reconhecimento e territorialização¹⁰.

Peço atenção para o fato de que meu trabalho não é sobre quilombos, mas reafirmo que a experiência exitosa dos grupos quilombolas em Rio de Contas fornece uma perspectiva bastante viável para a emergência afroindígenas do “povo da Panelada”.

¹⁰ “Chamaremos processo de nomeação o movimentos de instituição de uma categoria jurídica ou administrativa que, englobando uma população heterogênea com base em determinadas características comuns, a institui como sujeito de direitos e deveres coletivos e como um objeto de ação do Estado. Chamaremos de processo de identificação o movimento de passagem do desconhecimento à constatação por parte por parte dos sujeitos sociais atingidos por um tipo de situação de desrespeito com carácter coletivo, instituindo, assim, tal coletividade como fonte de pertencimento identitário e como sujeitos de direitos, moralmente motivado para a mobilização contra tal desrespeito. Chamaremos de processo de reconhecimento o movimento de passagem do desconhecido à constatação pública de uma situação de desrespeito que atinge uma determinada coletividade, do que decorre a admissão de tal coletividade como sujeito (político e de direito) na esfera pública e de tal desrespeito como algo que deve ser sanado ou reparado. Finalmente, chamaremos de territorialização (e retomando as formulações de Pacheco de Oliveira) o movimento de reorganização social, política, ecológica e cultural de uma coletividade que está em processo de fixação e delimitação espacial por meio da sua objetificação jurídica-administrativa” (*Op. Cit.*, p.45-46). Para maior compreensão do que são os quatro processos, ver Arruti (2006).

Portanto, possivelmente essa categoria política seja um caminho à “reorganização de uma coletividade” centrada a partir de então na “objetificação jurídica e administrativa”.

Um segundo elemento que me parece colaborar com a consolidação de uma identidade afroindígena no Alto Sertão da Bahia são os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - nas cidades que circundam Rio de Contas, a exemplo de Tanhaçu, Ituaçu, Livramento de Nossa Senhora, Brumado, Piatã, Paramirim, Dom Basílio, Abaíra e Érico Cardoso. Destes nove municípios, em seis encontramos um ou mais declarante quando lhe foi perguntado sua cor, embora a categoria indígena seja étnica e não racial.

Quanto aos três últimos, juntamente com Rio de Contas, ninguém se declarou indígena para o órgão censitário. Isso para o quesito cor. Porém, no que tange “valor rendimento mensal”, em todos os quatro municípios há declaração para a categoria indígena, o que a grosso modo seria uma declaração para o autorreconhecimento autóctone nas dez cidades.

O município de Ituaçu, em especial, pode ter uma relação de solidariedade nativa ainda mais forte em razão dos sítios arqueológicos presentes em seu solo. A forte presença de pequenos artefatos já catalogados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA - MAE/UFBA -, como restos de panelas, que segundo algumas das 60 entrevistas, são restos de panelas indígenas, só reacende um relevante indício de parentesco entre os antigos grupos que habitavam a região, como os maracá, com os atuais moradores da rua da Panelada, em Rio de Contas.

Para finalizar o esboço do último capítulo, quero pontuar um efeito direto que existe entre a ausência de aldeamentos missionários durante os séculos XVI e XIX em todo Alto Sertão da Bahia e a não consolidação de uma memória indígena nessa região. A solidez de uma memória social se mostra importante para a fixação de um território¹¹. Contudo, até onde pude pesquisar, isso só foi possível nos espaços marcados pela presença de aldeias ou aldeamentos, mesmo que essa memória esteja articulada com aquilo que Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2015), dizem sobre a “invenção das tradições” estarem ligadas a uma espécie de movimento dialético.

¹¹ Essa conclusão só me foi possível porque fiz um investimento relevante na leitura de fontes secundárias produzidas por historiadores que dedicam suas pesquisas a compreender as relações diacrônicas construídas em todos os Sertões da Bahia. Esse investimento no levantamento bibliográfico será de maneira mais ampla no doutorado.

A retomada do território pelo povo camakã-mongoyó no Planalto da Batalha em Vitória da Conquista, por exemplo, foi possível, ambivalentemente, pelo fato de haver aldeamentos nos sítios do que hoje é a cidade. Em certo sentido, isso serviu para construir uma memória em torno daquele território, algo muito diverso de Rio de Contas, pois conforme já foi dito, há uma relação direta entre território, aldeamento e memória¹².

Consequentemente, essa característica impõe uma questão de pesquisa que pretendo responder na pesquisa de doutorado cuja expectativa, desde já, será de conseguir finalizar o trabalho de campo empírico¹³: de que forma os nativos da Panelada, estando em uma condição “marginalizada, dispersa e desterritorializada”, conforme nos coloca Pacheco de Oliveira (*Op. Cit.*), vão articular elementos necessários à revalorização de sua cultura e de sua identidade étnica, de modo a configurar o surgimento de novos sujeitos políticos? Em outras palavras, para (re)organizar sua coletividade?

Considerações finais

Concluo estas linhas, buscando sinalizar, mais uma vez, que este texto nada mais é do que uma espécie de roteiro da dissertação que estou escrevendo para defendê-la em alguns quatro ou cinco meses. Portanto nada aqui é definitivo, exceto a metodologia final que adotei: o levantamento bibliográfico.

A pandemia da covid-19 me trouxe inicialmente uma frustração em relação a não poder concluir o trabalho de campo, mas depois me apresentou uma experiência importante que foi o alargamento de respostas - a exemplo dos efeitos dos aldeamentos missionários para os povos indígenas do Nordeste hoje – que, se eu finalizasse o trabalho de campo, não teria condições de encontrá-las. Ou seja, identificar sua função pragmática.

Inspiro-me na perspectiva de Daniel Miller, pois “muitas vezes são as coisas que as pessoas nunca pretenderam fazer, esperavam fazer ou realmente tiveram que fazer por padrão que acabamos por figurar entre as descobertas mais interessantes de seus projetos” (MILLER, 2020, p.07). Comigo aconteceu assim a estratégia de reformulação da metodologia.

Outro ganho adquirido com a revisão bibliográfica mais profunda foi também o fato de poder perceber o quanto a antropologia ficou devendo para a produção

¹² Para maior compreensão dessa relação ver O contraponto indígena. In: De Oliveira, Renata Ferreira. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: Do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*, 2020.

¹³ Manifesto aqui minha expectativa também de que a pandemia da covid-19 não avance os limites de 2021.

historiográfica. Penso que, a partir do momento em que os historiadores passaram a produzir relatórios voltados para a ressignificação de agências autóctones na região do Alto Sertão baiano, os remanescentes da rua da Panelada ganham alguma visibilidade, para reorientação de sua coletividade, fazendo da atuação dos historiadores um evento como acontecimento significativo.

Ainda me parece uma incógnita a razão de Marvin Harris e Charles Wagley terem perdido a oportunidade de serem parceiros de povos que são os reais “donos da terra”. Porém, vou tentar responder mais no segundo capítulo da dissertação por que motivo a presença de Harris e Wagley não se figuraram como um evento ao modo de pensá-lo em conformidade com Sahlins (*Op. Cit.*), por que a vinda de Harris em dois momentos não foi suficiente para mudar o olhar etnográfico sobre o Alto Sertão da Bahia, particularmente, como campo empírico fértil para os estudos etnológicos.

Por fim, o terceiro capítulo representa para mim o desafio maior de toda dissertação, pois, ao apresentar os indígenas da rua da Panelada como interlocutores que poderão estar em vias de (re)organizar sua coletividade, sinto que eu ainda navego por um rio profundo de incertezas, que serão sanadas ainda no doutorado. Digo isso porque os nativos de lá vivenciam dois processos listados por Arruti (*Op. Cit.*) – identificação e reconhecimento -. Todavia me parecem estar ainda distantes de outros dois de igual ou até maior peso - a nomeação e a territorialização, que mexem com questões de violência histórica, conforme este autor coloca, bem como outra demanda secular que é o acesso à terra. É preciso dizer, pois, que a condição de miséria da rua da Panelada é produto direto da ausência de terras para que seus moradores possam desenvolver uma agricultura familiar, segundo eu já havia dito.

Referências

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: Lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ANDRADE, U. M. *Dos estigmas aos emblemas de identidade: os percursos da formação de um povo*. Revista de Estudos e Pesquisas-FUNAI, v. 1, n. 1, p. 99–139, 2004.

_____. *Um grande atrator: toré e articulação (inter)étnica entre os Tumbalalá do sertão baiano*. Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), v. 10, n. 10, p. 79, 30 mar. 2002.

ARRUTI, José Maurício Andion. 1995. “Morte e Vida do Nordeste Indígena: A Emergência Étnica como Fenômeno Histórico Regional”. Estudos Históricos, 15:57-94.

_____ *A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. Mana [online]. 1997, vol. 3, n. 2, pp. 7-38

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e Libertos nas Minas do Rio de Contas/Ba, século XVIII*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BARTOLOMÉ, M. A. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. Mana, v. 12, p. 39–68, abr. 2006.

BATISTA, M. R. R. *Laudo Antropológico do Grupo Autodenominado Tumbalalá – Bahia*, 2001.

CARVALHO, M. R. DE; SILVA, P. M. A. DA. *Antropologia e História: Bases Documentais para a abordagem das sociedades indígenas do Norte e Nordeste do Brasil*. In: GALINDO, M. et al. (Eds.). *Índios do Nordeste: temas e problemas: 500 anos*. EDUFAL, 1999.

CARVALHO, M. R. DE; CAVIGNAC, J. *De Índios "misturados" a Índios "regimados"*. In: REESINK, E. (Ed.). *Negros no mundo dos índios imagens, reflexos, alteridades*. Natal: Edufrn, 2011.

CARVALHO, M. R. DE; REESINK, E. B. *Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 87, p. 71–104, mar. 2018.

CARVALHO, Maria do Rosário G de. *A Chapada Diamantina em três registros ou três tempos*. In: Projeto Unesco no Brasil, textos críticos. Salvador, EDUFBA, 2007.

CONSORTE, Josildeth. *Itinerário de uma Pesquisadora: sucesso e percalços*. In: MAGALHÃES, Livia D. R; CASIMIRO, Ana Palmira S. *Memória e Trajetória de Pesquisa*. Campo Grande, MS:UNIDERP, 2005, p.57-78.

_____ *Estudos de Comunidade: Um encontro / Revista Ponto Urbe – Entrevista: Profª. Josildeth Gomes Consorte (PUC/SP) e João Baptista Borges Pereira (FFLCH/SP)*. Ano 4, Agosto de 2010. Disponível em <http://www.pontourbe.net/>. Acesso em 01/10/2010.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo*. Mana, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, out. 2004.

DANTAS, B.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R. *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Ed.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo;

Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

DE OLIVEIRA, Renata Ferreira. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: Do Massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Salvador: Sagga, 2020.

ECO, Umberto. *O que é uma tese e para que serve*. In: Como e faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GOLDMAN, Márcio. “*Quinhentos anos de contato*”: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Mana* 21(3): 641-659, 2015.

HARRIS, Marvin. *Town & Country in Brazil: a socio-anthropological study of a small Brazilian town*. New York: The Norton Library, 1956.

HARRIS, Marvin. *Padrões raciais nas Américas*. Civilização Brasileira, 1967.

HARRIS, Marvin et al. *Who are the whites?: Imposed census categories and the racial demography of Brazil*. *Social forces*, v. 72, n. 2, p. 451-462, 1993.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUPER, Adam. *Cultura: visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

LEAL, Machado Fernando: *Tombamento da cidade de Rio de Contas -1972 -Arquiteto*. Salvador- Ba- Documento Arquivo Público Municipal de Rio de Contas.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/ Museu Nacional, 2006.

LUZ, Trindade Luiz Marcos. *História da Lira dos Artistas de Rio de Contas –Monografia de final de curso p/ graduação em História - Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus IV, Jacobina -2004*.

MILLS. C. Wright. *Do artesanato Intelectual*. In: *Imaginação Sociológica*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1965.

MILLER, Daniel. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Blog do Sociofilo, 2020. [publicado em 23 de maio de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, reideiros e posseiros: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____ *Um Comunidade Sertaneja da Sesmaria ao Minifúndio: um estudo de história regional e local*. Salvador: Edufba, 2008.

- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, 1984.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org). *A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. *Mana* [online]. 1998, vol.4, n.1, pp.47-77.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da Dor e do Trabalho: a Conquista dos Territórios Indígenas nos Sertões do Leste*. Tese de Doutorado. USP, 1998.
- _____. *Os botocudos e sua trajetória histórica*. In: Maria Manuela 1992 Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*. 2a ed, São Paulo, Companhia das Letras, p. 413-30.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1992 - "Índios livres e índios escravos". In: CUNHA, Manuela Carneiro da, ed. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras.
- PEIRANO, Mariza. *A Teoria Vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia*. Ilha, Florianópolis, v. 06, n. 01 e n. 02, julho de 2004.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Fios da vida: trajetórias de escravos e libertos no alto sertão da Bahia - Rio de Contas e Caetitê (1860-1920)*. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. *O crime na cor: experiências de escravos e forros no alto sertão da Bahia - Rio de Contas e Caetitê - 1830-1888*. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.
- ROCHA, Fernanda Gomes. *Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia (1840 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SAHLINS, Marshall. *Razão na Prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- _____. *Ilhas de História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- SAMPAIO, José Augusto. *De caboclo a índio: etnicidade, organização social e política entre os povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil – o caso Kapinawá*. *Cadernos do Leme*, Campina Grande, vol. 3, n.2, p. 88-191, 2011.

SANCHES, Nanci Patrícia Lima. *Os livres pobres sem patrão nas Minas dos Rios de Contas/Ba – Século XIX (1830-1870)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, E. *Os índios no nordeste e as pesquisas históricas: as influências do pensamento de John Monteiro*. *Fronteiras & Debates*, v. 2, n. 1, p. 51–64, 2016.

SILVA, Jean Pierre Pierote. *Deslocamentos Patrimoniais: Polifonias, memórias e visualidades em Rio De Contas (BA)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, Lucineide. *A Memória do Trabalho: Rio de Contas segundo Marvin Harris*. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2011.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica*. *Cadernos de Campo*, nº9, 2001.